



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Sumidouro

Secretaria Municipal de Saúde

Rua Alfredo Chaves, nº. 92 – Centro – CEP: 28637-000

Tel.: (22) 2060-3001 - Email: assessoriasaude@sumidouro.rj.gov.br

CNPJ: 13.828.365/0001-50

EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 054/2025

Processo Administrativo nº 3688/2025

Objeto: Aquisição de Ambulância Tipo D (UTI Móvel)

I – Relatório

Trata-se da análise do recurso interposto pela empresa **BRUNISA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA**, contra decisão que declarou **habilitada e vencedora** do certame a empresa **VALIS DISTRIBUIDORA LTDA**, no valor de **R\$ 496.000,00 (quatrocentos e noventa e seis mil reais)**, referente à aquisição de uma **ambulância tipo D (UTI Móvel)**, conforme Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde.

A recorrente sustenta que a empresa vencedora não apresentou, na fase de habilitação, documentos técnicos exigidos pelo Termo de Referência, tais como **Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, **laudos técnicos e certificações de conformidade** emitidos por órgãos oficiais (INMETRO, DENATRAN/SENATRAN, ANVISA), que atestem o atendimento integral às normas da **ABNT NBR 14561/2021**.

A empresa **VALIS DISTRIBUIDORA LTDA**, em contrarrazões, argumenta que cumpriu rigorosamente todas as exigências editalícias e que o Termo de Referência prevê que determinados documentos da empresa transformadora **devem ser apresentados na entrega do bem**, o que afasta a obrigatoriedade de apresentação desses na fase de habilitação.

O Pregoeiro, após análise das razões e contrarrazões, emitiu manifestação opinando pelo **não provimento do recurso**, fundamentando que o Termo de Referência contém **redação passível de dupla interpretação**, o que teria levado tanto a Administração quanto a licitante vencedora a entender que os documentos questionados poderiam ser apresentados posteriormente, no ato da entrega do veículo.

II – Fundamentação

Após exame detido dos autos, verifica-se que a manifestação do Pregoeiro encontra-se devidamente **fundamentada e amparada na legislação vigente**, notadamente na **Lei Federal nº 14.133/2021**, em especial nos princípios da **vinculação ao instrumento convocatório**, da **razoabilidade**, da **boa-fé** e do **formalismo moderado**.

De fato, o **item 9 do edital**, que trata da habilitação, **não reproduziu integralmente** as exigências técnicas constantes do Termo de Referência, limitando-se às condições gerais de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica usual, o que impossibilita exigir documentos não expressamente previstos no referido item.

O **Termo de Referência**, por sua vez, ainda que descreva a necessidade de laudos, certificações e comprovações técnicas, estabelece de forma expressa que os documentos “**deverão ser apresentados na entrega do bem**”, o que denota que a intenção da Secretaria requisitante era exigir tais documentos **na fase de recebimento e fiscalização do objeto**, e não como requisito de habilitação.

Assim, não se constata qualquer irregularidade na decisão que declarou habilitada a empresa **VALIS DISTRIBUIDORA LTDA**, visto que a licitante atendeu integralmente às exigências do edital e apresentou todos os documentos requeridos no momento oportuno.

Importa destacar que a Administração deve sempre buscar a **proposta mais vantajosa ao interesse público**, observando os princípios da eficiência e da economicidade, sem desconsiderar o necessário rigor técnico. No presente caso, não houve afronta à isonomia, tampouco prejuízo à competitividade ou à segurança jurídica do certame.

III – Decisão

Diante do exposto, **decido pelo não provimento do recurso interposto pela empresa BRUNISA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA**, mantendo-se a decisão que **habilitou e declarou vencedora a empresa VALIS DISTRIBUIDORA LTDA**, por entender que:

1. A vencedora atendeu integralmente às exigências constantes do edital;
2. O Termo de Referência admite, de forma expressa, a apresentação dos documentos técnicos na fase de entrega do bem;
3. Eventual ambiguidade do texto do Termo de Referência não pode gerar prejuízo à licitante que atuou em conformidade com o edital e com base na boa-fé objetiva;
4. A decisão do Pregoeiro encontra-se devidamente motivada e em consonância com os princípios que regem as contratações públicas.

Publique-se, registre-se e dê-se ciência às partes interessadas.

Sumidouro, 12 de novembro de 2025.


FABÍOLA DA SILVA WERNECH
Matrícula 25.07.5592
Secretária Municipal de Saúde